

# Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom  
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,  
ensinar é aprender  
ver o mundo,  
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,  
compreender,  
conhecer meu  
próprio chão,  
criar asas  
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

**Atena**  
Editora

Ano 2021



# Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom  
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,  
ensinar é aprender  
ver o mundo,  
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,  
compreender,  
conhecer meu  
próprio chão,  
criar asas  
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

 **Atena**  
Editora

Ano 2021



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadoras:** Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-499-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.990212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Esta obra adota o termo Inclusão social sob o aspecto do direito à participação e fruição de bens e direitos socialmente construídos. E a educação nesse contexto na perspectiva da educação humanizadora.

A seleção de trabalhos científicos, voltados à temática dos direitos das pessoas com deficiência (PcD) e da Educação, visa a inclusão através do compartilhamento dos conhecimentos sobre suas especificidades, através da abordagem de Leis, estratégias e metodologias de atendimentos/ações, ensino/aprendizagem.

Apresenta-se um vasto conteúdo que contempla a grande diversidade de olhares e experiências dos autores que pesquisam e/ou trabalham as questões da inclusão, da deficiência e da educação. Essas diferentes produções fomentam e enriquecem a acadêmica, a pesquisa e a práxis profissional dos pesquisadores e intervencionistas nessas áreas.

É importante mencionar que as pesquisas apresentadas nesta obra são um relevante subsídio para o conhecimento e a democratização da evolução conceitual das políticas públicas inclusivas no Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma a pessoas com deficiência como sujeito de direitos especiais, como sujeito dos direitos basilares, resultantes de sua condição peculiar de pessoas que necessitam de efetividade nas políticas públicas.

Em 2008 a Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva veio acrescentar que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação[...]” (p. 5).

Em 2015 a Lei Brasileira de inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) adota um modelo social de deficiência e se apresenta com um instrumento legal de direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, reafirmando o direito de gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, identificadas como pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É importante destacar o contributo da Lei nº 12.764, de dezembro de 2012 que dispõe sobre os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Lei nº 12.796 de abril de 2013 que assegura a educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Educação é uma das áreas de transversalidade das políticas públicas para a efetiva inclusão e cidadania da Pessoa com Deficiência, visando um contexto de igualdade de oportunidades para garantir, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de

todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, esta obra enfatiza a importância da educação como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. Sendo uma rica contribuição para o conhecimento da temática dos direitos humanos, na busca de efetivação da cidadania, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Boa leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

## SUMÁRIO

### IV. INCLUSÃO SOCIAL, PCD E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

##### SALA DE AULA PARA TODOS(AS): UTOPIA OU REALIDADE?

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Luci Mary Duso Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122091>

#### **CAPÍTULO 2..... 9**

##### A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DA TALIDOMIDA

Jesse Budin

Renato Salla Braghin

Leonel Piovezana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122092>

#### **CAPÍTULO 3..... 20**

##### PERCEPÇÃO FAMILIAR SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Marlene Rodrigues

Juliana Gisele da Silva Nalle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122093>

#### **CAPÍTULO 4..... 35**

##### A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O USO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE OLINDA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O LEGAL E O REAL

Elisabeth Donisete de Gois Sena

Márcia Regina Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122094>

#### **CAPÍTULO 5..... 53**

##### EDUCAÇÃO ESPECIAL VINCULADO AOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS NACIONAIS: LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Diná Freire Cutrim

Claudia de Oliveira Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122095>

#### **CAPÍTULO 6..... 68**

##### E AGORA? COMO ENSINAR UM(A) ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA LICENCIATURA EM FÍSICA?

Lucianno Cabral Rios

Brunna Stella da Silva Carvalho Melo

Neuton Alves de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122096>

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>79</b>  |
| A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS PELO ENSINO REMOTO  |            |
| Jaqueline Leandra de Menezes Pereira dos Santos<br>Edicléa Mascarenhas Fernandes<br>Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira   |            |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122097">https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122097</a>     |            |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>91</b>  |
| IMPLANTE COCLEAR: CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  |            |
| Jaqueline de Oliveira Costa Melo<br>Ana Paula de Araújo Barca   |            |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122098">https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122098</a>     |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>101</b> |
| TERAPIA ASSISTIDA POR CÃES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL  |            |
| Simone Gomes Ghedini  |            |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122099">https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122099</a>     |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>111</b> |
| PRÁTICAS INCLUSIVAS NA CLASSE REGULAR EM ESCOLA PARTICULAR DE SÃO GONÇALO: UMA EXPERIÊNCIA DE 15 ANOS DE ATUAÇÃO  |            |
| Cristiane Batista Xavier de Moraes<br>Cristiane Mendes Cunha Melo<br>Vera Lucia Prudencia dos Santos Caminha<br>Viviane de Oliveira Freitas Lione                                       |            |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220910">https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220910</a> |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>125</b> |
| ESTADO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018)  |            |
| Emne Mourad Bouffleur<br>Roseli Áurea Soares Sanches  |            |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220911">https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220911</a> |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>137</b> |
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS EM POÇÕES-BA   |            |
| Stela de Jesus<br>Lucas Aguiar Tomaz Ferreira   |            |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220912">https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220912</a> |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>147</b> |
| A UNIVERSIDADE NA INCLUSÃO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC  |            |
| Fernanda Cláudia Araújo da Silva  |            |

Antonio Alex Dayson Tomaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220913>

**CAPÍTULO 14..... 156**

ENSINO DE GEOMETRIA PARA UMA ALUNA CEGA

Elisabete Marcon Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220914>

**CAPÍTULO 15..... 164**

AS SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM IDADE ESCOLAR

Rodrigo Regert

Amanda Alexandre Cordeiro

Lanie Cristini Cordeiro

Joel Haroldo Baade

Deize Maria Baretta

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220915>

**CAPÍTULO 16..... 169**

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Tereza Sabina Souza Reis

Francisca Moraes da Silveira

Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220916>

**CAPÍTULO 17..... 177**

A IMPLEMENTAÇÃO DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Angélica Bort

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220917>

**CAPÍTULO 18..... 183**

TEORIA DE VIGOTSKI (1896 - 1934): PRINCIPAIS CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA UM PROJETO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Regina Barbosa

Edicléa Mascarenhas Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220918>

**SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 191**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 192**

## A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DA TALIDOMIDA

*Data de aceite: 02/09/2021*

*Data de submissão: 04/06/2021*

### **Jesse Budin**

Secretaria de Educação e do Esporte do  
Paraná – SEED  
Porto União – SC  
<http://lattes.cnpq.br/0244587098960598>

### **Renato Salla Braghin**

Instituto Federal do Paraná - IFPR  
Palmas – PR  
<http://lattes.cnpq.br/1099262200411319>

### **Leonel Piovezana**

Universidade Comunitária da Região de  
Chapecó – Unochapecó  
Chapecó – SC  
<http://lattes.cnpq.br/8196195261847883>

**RESUMO:** A escolarização de pessoas com síndrome da talidomida é uma pesquisa que possibilita refletir a realidade e os processos de inclusão desde a infância à fase adulta. Contudo, em sua diversidade, não é uma tarefa simples de ser efetivada. A síndrome da talidomida possui características peculiares, variando o nível e o grau de malformações e dependência de cada indivíduo. A talidomida foi um fármaco produzido na Alemanha Ocidental na década de 1950, para tratamento de alterações dermatológicas, porém usada principalmente para náuseas em mulheres grávidas, resultando com isso, o nascimento da síndrome da talidomida. A droga foi comercializada em 46 países, nascendo

milhares de crianças com focomelia, que é o encurtamento dos membros junto ao tronco, além de alterações auditivas, musculares, visuais e cardíacas. Sendo assim, o estudo tem como objetivo apresentar um breve relato histórico do fármaco talidomida e do processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, especialmente com síndrome da talidomida. A discussão apresentada foi um recorte da Dissertação (A trajetória escolar de pessoas com síndrome da talidomida) apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Os resultados corroboraram positivamente para sociedade científica e também para as pessoas com síndrome da talidomida, buscando minimizar as dificuldades e maximizar as potencialidades.

**PALAVRAS - CHAVE:** Síndrome da Talidomida. Inclusão. Escolarização.

### **THE SCHOOLING OF PEOPLE WITH TALIDOMIDE SYNDROME**

**ABSTRACT:** The education of people with thalidomide syndrome is a research that makes it possible to reflect the reality and processes of inclusion from childhood to adulthood. However, in its diversity, it is not a simple task to be carried out. The thalidomide syndrome has peculiar characteristics, varying the level and degree of malformations and dependence of each individual. Thalidomide was a drug produced in West Germany in the 1950s, for the treatment of dermatological changes, but used mainly for nausea in pregnant women, resulting in the

birth of the thalidomide syndrome. The drug was marketed in 46 countries, and thousands of children were born with focomelia, which is the shortening of the limbs close to the trunk, in addition to auditory, muscular, visual and cardiac alterations. Therefore, the study aims to present a brief historical account of the drug thalidomide and the process of school inclusion of people with disabilities, especially with thalidomide syndrome. The discussion presented was an excerpt from the Dissertation (The school trajectory of people with thalidomide syndrome) presented by the Postgraduate Program in Education - PPGE of the Community University of the Region of Chapecó - UNOCHAPECÓ. The results corroborated positively for the scientific society and also for people with thalidomide syndrome, since the difficulties experienced by each one in their school trajectory were discussed, seeking to minimize the difficulties and maximize the potential.

**KEYWORDS:** Thalidomide Syndrome. Inclusion. Schooling.

## 1 | INTRODUÇÃO

Grande parte das síndromes presentes no Brasil possui identidades próprias, reconhecidas e estudadas pela sociedade científica, com pesquisas que corroboram com as especificidades que elas apresentam. Ao buscar no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em maio de 2019 sobre Down (síndrome de down) aparecem 1.146.151 estudos, sendo que relacionados a educação são 26.930; quando a busca é direcionada ao tema da talidomida o resultado é 209 e nenhum relacionado com a educação.

A talidomida é um fármaco produzido na Alemanha Ocidental da década de 1950, pela empresa Chemie Grunenthal, para tratamento de algumas disfunções orgânicas, como alterações dermatológicas, indicada principalmente para náuseas em mulheres grávidas, resultando com isso, o fenômeno conhecido como os bebês da talidomida ou indivíduos com síndrome da talidomida. A droga passou a ser comercializada em aproximadamente 46 países, sendo vendida em sua fase inicial sem prescrição médica, causando com isso, o nascimento de milhares de crianças com problemas físicos, auditivos, musculares, visuais e cardíacos. (ROCHA *et al.*, 2018).

Com a ocorrência da comercialização indiscriminada, milhares de crianças nasceram no mundo todo tendo como características a focomelia – encurtamento dos membros junto ao corpo – problemas musculares, auditivos, cardíacos e gastrointestinais. Em grande parte dos países o medicamento foi retirado de circulação em 1961, no entanto, no Brasil ocorreu somente em 1965, com quatro anos de atraso, resultando em centenas de crianças com múltiplas deficiências.

De acordo com Boto (2005) a educação é um direito básico para todas as pessoas: o ensino é o direito político de acesso à escola pública; a educação como direito melhora quando atende aos padrões da exigência para qualidade do ensino; direito a cotas para as minorias.

A exclusão social está ligada ao processo histórico da reprodução cultural da

sociedade, repassada de geração em geração, criando com isso um paradigma da não aceitação da diferença, eliminando a atuação das pessoas com deficiências na sociedade. Ao contrário disso, inclusão social significa direito à participação (SCHERER-WARREN, 2012).

A escolha da temática, justifica-se pelo fato de ser pouco pesquisado, principalmente na área da educação, onde no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, não se encontra estudo no campo educacional sobre o assunto proposto. Existe ainda uma carência de identidade, no sentido do reconhecimento das pessoas com síndrome da talidomida em que não há um dia no ano para conscientização sobre a periculosidade do medicamento. Também percebe-se a falta de conhecimento por parte dos educadores sobre as especificidades dos sujeitos com síndrome da talidomida, na forma de abordagem e execução de tarefas, pois a droga atinge somente aspectos físicos e não diminui a capacidade intelectual.

O estudo tem como objetivo apresentar um breve relato histórico do fármaco talidomida e do processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, especialmente de indivíduos com síndrome da talidomida.

## 2 | TALIDOMIDA

O dentista alemão Wilhelm Kunz, oficial nazista, desenvolveu a talidomida na Alemanha Ocidental na década de 1950, impulsionada pela indústria farmacológica pós-segunda guerra mundial, que buscava medicamentos de cunho sedativo com maior poder de ação. A empresa farmacêutica Chemie Grunenthal foi a primeira a comercializar o fármaco, que logo expandiu-se mundialmente, tendo como slogan a droga mágica, prescrita principalmente para mulheres com enjoos gestacionais (LIMA; FRAGA; BARREIROS, 2001).

A droga mágica como foi inicialmente anunciada, tornou-se mais atrativa quando Herbert Keller, um farmacêutico da empresa farmacológica Chemie Grunenthal, demonstrou a eficácia como um eficiente sedativo, hipnótico e antibiótico, mas que também seria de relevante importância para a insônia.

A primeira versão da talidomida lançada no mercado em 1956 foi contraditória, pois com a marca registrada Grippex® era um antigripal e não um sedativo, hipnótico ou antibiótico como vinha sendo anunciado pela empresa Chemie Grunenthal. A justificativa por ser um antigripal embasava-se em uma possível epidemia de influenza asiática (LIMA; FRAGA; BARREIROS, 2001).

Após poucos e insuficientes testes sobre os efeitos que a talidomida resultaria em seres humanos, em 1957 a Chemie Grunenthal lançou o Contergan®, com investimento maciço em publicidade onde anunciavam um medicamento mágico, inócuo e seguro. Nesse período de lançamento foram enviadas mais de 200 mil cartas à médicos e 50 mil

para farmacêuticos do mundo todo. Só no primeiro ano de produção foram vendidas mais de 90 mil unidades mensais em pelo menos 20 países (MORO; INVERNIZZI, 2017).

Em 1958 a talidomida já era vendida em mais de 46 países incluindo o Brasil. Ela foi manipulada por vários laboratórios, carregando diversos nomes, tais como: Sedalis, Ectiluram, Slip, Ondosil, Verdil e Sedim. O nome Distival foi disseminada na Inglaterra. Em via de regra, era utilizado principalmente para enjoos gestacionais, ansiedade, dor de cabeça, tosse, insônia e asma (ROCHA *et al.*, 2018).

Oliveira, Bermudez e Souza (1999) relatam que no auge das vendas do medicamento na Alemanha já haviam sido vendidas mais de 14 toneladas do fármaco. Ao redor do mundo 14 empresas receberam autorização para fabricação e venda da talidomida, sendo que ela recebeu mais de 17 marcas diferentes. A comercialização se expandiu à 7 países africanos, 11 europeus, 17 asiáticos e 12 americanos.

Assim, Moro e Invernizzi (2017) apontam que em 1959 chega ao Brasil a propaganda comercial da talidomida, sendo publicada em três jornais de grande circulação no país. A campanha oferecia aos médicos, a literatura e amostra grátis do Sedalis, nome que foi lançado no Brasil pelo Instituto Pinheiros Produtos Farmacêuticos, que era representante da Chemie Grünenthal. O anúncio reforçava que era um fármaco sem efeitos colaterais.

Alguns países não foram adeptos a entrada da droga, entre eles os EUA, pois alegavam que os testes foram insuficientes para atestar os efeitos gerais, com isso, não há registros de Síndrome da Talidomida no país (OLIVEIRA; BERMUDEZ; SOUZA, 1999).

De acordo com Oliveira, Bermudez e Souza (1999), a partir do ano de 1959 a empresa Chemie Grünenthal na Alemanha, recebeu alguns relatos médicos do aumento do número de crianças que estavam nascendo com deformações congênitas significantes nos membros superiores e inferiores, apresentando desenvolvimento defeituoso dos ossos dos braços e das pernas, muitas vezes aproximados do tronco (focomelia).

Segundo Oliveira, Bermudez e Souza (1999) em novembro de 1961 durante a North Rhein-Westphalia Pediatric Meeting em Dusseldorf – Alemanha, Lenz apresentou 34 casos de recém-nascidos com significativas deformações nos membros superiores e inferiores, com isso, relacionou essas situações com a ingestão da talidomida durante a gestação.

Essa hipótese foi reforçada por McBride (1961), estabelecendo a correlação entre o uso da talidomida em gestantes e o desenvolvimento das referidas anormalidades congênitas. Esse pesquisador observou que 20% das gestantes por ele acompanhadas e que fizeram uso do Distival® como antiemético durante a gravidez, geraram crianças com múltiplas e graves anormalidades, enquanto a incidência geral de anormalidades congênitas observadas anteriormente em seu país era de cerca de 1,5% (OLIVEIRA; BERMUDEZ; SOUZA, p.102, 1999).

Até constatar que o uso da talidomida por mulheres grávidas geraria crianças com malformações, a tragédia já havia acontecido. Milhares de crianças nasceram com deformações extremas nos membros superiores e inferiores, contudo, não somente os

braços e a pernas foram atingidos, mas também perda da “audição, alterações oculares, surdez, paralisia facial, malformações na laringe, traqueia, pulmão e coração” (MORO; INVERNIZZI, p. 607, 2017). Nessa primeira constatação, nasceram entre 10 a 15 mil crianças com deficiência no mundo devido ao fármaco, dentre elas, 40% morreram após o primeiro ano de vida (VIANNA; SANSEVERINO; FACCINI, 2014). No Japão, a taxa de mortalidade de crianças atingidas pela talidomida foi de 80% (FRÍAS, 2012).

Com aproximadamente três anos de circulação e venda, como os resultados da talidomida eram trágicos, a Chemie Grunenthal retirou do mercado o fármaco no ano de 1961 em todos os países em que havia entrado, exceto o Brasil (SANTOS; LEANDRO, 2013). Mais de quinze mil pessoas foram diretamente atingidas, pois nasceram com alguma deformação causada pela talidomida (BORGES; FROEHLICH, 2003).

O Brasil foi o único país que não retirou o fármaco de circulação em 1961, fazendo isso somente em 1965 com quatro anos de atraso. Segundo Diniz, Leal e Klier (2015), a desinformação, a falta de controle da distribuição, a automedicação, a grande influência financeira da indústria farmacêutica e principalmente a omissão governamental do então presidente da república João Goulart, foram as razões pelas quais a droga permaneceu no comércio farmacológico.

Entre os anos de 1965 e 1966 o médico israelense Dr. Jacobo Sheskin, depois de longo tempo de estudos sobre a talidomida, descobre os efeitos benéficos do fármaco, sendo útil para o tratamento de hanseníase, lúpus, leucemia, câncer e tuberculose, onde é utilizada hoje para tratamento de tais doenças. Após a descoberta, alguns países, (exceto o Brasil pois a venda continuava livremente) decidem recolocar no mercado a droga, contudo, a fiscalização e o cuidado para que mulheres em idade fértil não fizesse o uso, foi cuidadosamente observada (BORGES; FROEHLICH, 2003).

Segundo Moro e Invernizzi (2017) somente com a portaria N°. 354 de 1997 houve a regulamentação do fármaco no país, sendo que mulheres em idade fértil estavam impossibilitadas de fazer o uso da droga.

A tragédia da talidomida foi responsabilidade total da empresa farmacológica que a produziu, pois ela inseriu no mercado mundial um medicamento sem testes suficientes para saber os efeitos colaterais.

Hoje, sabe-se que a Chemie Grunenthal foi relapsa na condução de testes com animais e simplesmente não monitorou testes em humanos. Por conseguinte, a equipe da Grunenthal não conduziu estudos sobre o impacto da droga em mulheres grávidas (SANTOS; LEANDRO, p. 994, 2015).

Para Castro, Paumgarten e Silver (2004) a tragédia da talidomida marcou o início de uma reflexão e de especial atenção acerca do uso de medicamentos na gestação, pois os resultados espantosos que o fármaco trouxe requereu maior atenção, ética e cuidado com a prescrição e venda de medicamentos para gestantes, principalmente no primeiro trimestre, que é onde a talidomida afeta o feto.

### 3 | INCLUSÃO ESCOLAR

Como parte dos seus direitos, todas as crianças possuem a garantia de escola e ensino de qualidade, independente de gênero, etnia, e principalmente condição física, intelectual, auditiva ou visual, sendo que há uma eminente necessidade de que as instituições de ensino sejam inclusivas a todos.

Nos últimos anos, no mundo todo, a temática de inclusão vem ganhando evidência e importância, tornando-se um movimento social, sobretudo político, pois vem buscando garantir os direitos às pessoas com deficiência (PCD), possibilitando assim, exercícios plenos do que lhe é justo, como por exemplo: acessibilidade, inserção no mercado de trabalho, acesso à cultura, mas principalmente a educação (FIGUEREDO *et al.*, 2011).

Gomes e Souza (2012) trazem alguns números significativos em relação às pessoas com deficiência no Brasil, sendo que há mais de 24,5 milhões de indivíduos com alguma necessidade especial, representando assim 14,5% de toda a população brasileira. Dentre eles divide-se em: 48% com deficiência visual; 23% motoras; 17% auditivas; 8% intelectual e 4% física.

A declaração dos direitos humanos, defende a igualdade e os direitos fundamentais das pessoas, igualdade que não está relacionada às características das pessoas e sim aos direitos que cada um possui, sendo que a inclusão é a equidade para pessoas com algum tipo de deficiência (SANINI; SAFUENTES; BOSA, 2013).

A inclusão em educação pretendida é aquela que valoriza qualquer diferença, que olha o aluno como ele é, que traz a cultura desse mesmo educando para a sala de aula e, conseqüentemente, para o interior da escola; que estimula a criação de práticas em um agir comprometido com as maneiras de transpor o conteúdo e torná-lo crítico, reflexivo e criativo, que cria oportunidades de construir políticas de inclusão com novas formas de intervenção, garantindo a participação de todos, não de maneira que segrega pessoas com necessidades educacionais especiais por chamar atenção para a deficiência, na tentativa de incluí-la no ensino dito regular (MATTOS, 2012).

No Brasil existem documentos nos quais asseguram e amparam o processo de inclusão na escola, tais com: Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Plano Nacional de Educação (2001) e, mais recentemente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), assim como a Resolução Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008) (GOMES; SOUZA, 2012).

Gomes e Souza (2012. p. 590), comentam sobre as ações mundiais referentes à inclusão que:

Como se sabe, as discussões sobre inclusão não são recentes, sobretudo no meio educacional, mas foi a partir de 1994 que a temática ganhou foro mundial pela ação da Unesco, em documento intitulado Declaração Mundial de Salamanca. Posteriormente, na América Latina, documentos como a

Declaração de Guatemala (1999) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (2001) deram novo impulso a essas discussões.

Na Tailândia, em Jomtien, em 1990 houve a Conferência Mundial para a Educação, onde o Brasil estabeleceu metas para melhorar o ensino e o sistema educacional brasileiro. Dentre alguns objetivos estava a eminente necessidade de melhorar a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, com acesso e qualidade para atender as especificidades de cada um (MENDES, ALMEIDA; TOYODA, 2011).

Para haver o processo de inclusão dentro do ambiente escolar, há a necessidade de que os professores estejam preparados para promovê-la, no entanto, o que se percebe, infelizmente, em algumas situações, são pessoas despreparadas, que por muitas vezes estão tentando, mas sem qualidade devido a falta de formação adequada. Há também a dificuldade em escolas incluir indivíduos com deficiência pelo longo processo histórico de exclusão (TADA *et al.*, 2012).

Para Veiga Neto (2001) existe uma ampla discussão de como os anormais – aqueles que possuem alguma característica diferente dos outros, como deficientes físicos, visuais, auditivos, intelectuais e motores – serão incluídos com os normais nas instituições de ensino.

Esses termos diferentes indicam, que apesar de políticas públicas, tanto mundiais como nacionais, terem sido idealizadas em momentos cronológicos diferentes, foram pensadas dentro de uma lógica binária e dicotômica, ou seja, confrontando o que se supõe normal em oposição ao anormal, sendo que independe a forma que se chamam: “cego, surdo, cadeirante, deficiente mental, deficiente físico, superdotado, dentre outras” (LASTA; HILLESHEIM, 2014, p. 142).

Sendo assim, a normalidade é um padrão que foi criado para delimitar quais são os limites para estabelecer o que é anormalidade, “marca a existência de algo tomado como o ideal é que serve para mostrar e demarcar aqueles que estão fora da curva da normalidade, no desvio que deve ser corrigido e ajustado” (THOMA, 2005, p. 254).

Para Lasta e Hillesheim (2014) a palavra anormal vem sendo amplamente discutida tanto na psiquiatria e psicologia, bem como na pedagogia, relacionando principalmente a Educação Especial, no sentido de tornar inteligíveis as anormalidades, onde a escola inclusiva quer normatizar os anormais, com isso, os indivíduos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos num sistema que foi idealizado para os normais levando o conceito de escola inclusiva.

Foucault (2001, p. 73) nos remete à:

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E, no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobre intervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção. De

modo que vocês veem desenhar-se em torno desse indivíduo a ser corrigido a espécie de jogo entre a incorribilidade e a corrigibilidade. Esboça-se um eixo da corrigível incorribilidade, em que vamos encontrar mais tarde, no século XIX, o indivíduo anormal precisamente.

Seguindo as ideias já observadas, pode-se dizer que as pessoas com síndrome de talidomida se encaixam nas anormalidades, necessitando com isso, não ao que Foucault menciona de reeducação, mas sim de atenção, no sentido de potencializar as suas capacidades. Por isso, a necessidade da escola inclusiva, e não reeducativa, onde o indivíduo possa otimizar suas faculdades com suas especificidades.

De acordo com Lasta e Hillesheim (2014) a inclusão escolar, por vezes se torna um tema polêmico, pois existem diversas visões opinativas de como deve se desenrolar, há também observações conservadoras nas quais criam impossibilidades para o processo ocorrer, causando com isso um travamento, retardando a aceitação dos indivíduos que necessitam de um atendimento diferenciado.

Corroborando assim Veiga Neto (2001) diz que há uma necessidade de desnaturalização e uma desconstrução para poder compreender a contingência que há, pois elas vêm de relações que são instituídas social e discursivamente, pois são dificuldades duras que se assentam em práticas discursivas e não-discursivas que são coesas e estáveis, sendo inevitável bases materiais.

A escola inclusiva foi criada a fim de, respeitar as especificidades de cada indivíduo, assegurando assim o princípio da inclusão, garantindo com isso, a permanência de todos os sujeitos de idade escolar na escola, respeitando as diferenças, sem o objetivo de transformá-los em normais (LASTA; HILLESHEIM, 2014).

Mas além da indispensabilidade de acontecer a inclusão na educação básica, há a necessidade de ela ocorrer também nas Instituições de Ensino Superior (IES), para que o indivíduo possa se sentir parte integrante de uma sociedade, enaltecendo suas faculdades e otimizando-as. A democratização do ensino, no acesso de crianças, jovens e adultos em todos os níveis de educação, bem como a permanência, vem sendo discutido no Brasil, tanto em movimentos sociais, como na política (FIGUEREDO *et al.*, 2011).

De acordo com Calheiros e Fumes (2016) a inclusão de pessoas com deficiência em universidades gera uma série de mudanças dentro e fora dos muros das IES, pois historicamente, esse público possuía assistência somente na Educação Básica, ficando refém somente daquele conhecimento. Há necessidade de reflexão por parte das Instituições de Ensino Superior no que tange ao atendimento dessas pessoas, para que todos possam obter as mesmas possibilidades de acesso e permanência ao sistema educacional.

A educação superior tem passado por algumas transformações importantes como a implantação de cotas para alunos de escolas públicas, negros e pessoas com deficiência, sendo que a partir da entrada, há necessidade de estratégias para a permanência, pois somente acesso à faculdade ou universidade não é garantia de que esses indivíduos

adquiram conhecimento (FIGUEREDO *et al.*, 2011).

O ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior, de certa forma já se tem superado, com as cotas que auxiliam ingressar, no entanto, a permanência desses indivíduos na universidade é algo mais complexo, pois a adaptação dos mesmos, muitas vezes não se concretiza, sendo que as causas são diversas, desde a acessibilidade até dificuldades de aceitação social dos colegas, sendo que as PCD não se sentem parte do grupo, membro do processo, transcorrendo com isso a evasão, subtraindo o sucesso acadêmico (COULON, 2017).

Para Figueredo *et al.* (2011) o número de pessoas com deficiência que concluíram o ensino superior ainda é reduzido, comparado com os que ingressam, com isso, a produção científica sobre esse tema, por sua vez, torna-se escassa, por falta de dados e experiências que auxiliem essas pesquisas. Há a necessidade de maior número de PCD ingressando e concluindo cursos de graduação e pós-graduação, colocando assim aos gestores e toda a comunidade acadêmica a importância necessária ao tema, para tratar de forma adequada a legislação vigente, mas principalmente as questões humanas e de direito.

## 4 | CONCLUSÃO

A discussão apresentada foi um recorte da Dissertação (A trajetória escolar de pessoas com síndrome da talidomida) apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Os resultados corroboraram positivamente para sociedade científica e também para as pessoas com síndrome da talidomida, buscando minimizar as dificuldades e maximizar as potencialidades.

## REFERÊNCIAS

BORGES, L.G.; FROELICH, P.E. Talidomida novas perspectivas para utilização como antiinflamatório, imunossupressor e antiangiogênico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v.49, n.1, p.96-102, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302003000100041>.

BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação Social**, Campinas, v.26, n.92, p.777-798, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300004>.

CALHEIROS, D.S.; FUMES, N.L.F. A inclusão de universitários com deficiência em cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v.21, n.2, p.523-539 jul, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000200011>.

CASTRO, C.G.S.O; PAUMGARTTEN, F.J.R; SILVER, N.D. O uso de medicamentos na gravidez. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p.987-996, 2004. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000400019>.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.4, p.1239-1250, out-dez 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954>.

DINIZ, T.M; LEAL, S.C; KLIER, A.H. Talidomida: aspectos químicos e tecnológicos. **Pós Em Revista Do Centro Universitário Newton Paiva**, Belo Horizonte, p.74-81, jun. 2015. Disponível em: < <http://revistas.newtonpaiva.br/pos-em-revista/e10-farm-01-talidomida-aspectos-quimicos-e-tecnologicos/#:~:text=Figura%20%3A%20Estrutura%20qu%C3%ADmica%20dos,%2C%20dimetilformamida%2C%20piridina%20e%20clorof%C3%B3rmio>>. Acesso em: 20 maio 2020.

FIGUEIREDO, AC; LISBOA, C.P; FREDERICO, C; COTRIM, G; PEREZ, J; ALVES, J.V; VASCONCELOS, L.S; ALMEIDA, L.M. **Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva**. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: Edufba, 2011, p. 187-207.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

FRÍAS, M.L.M. Talidomida: 50 años después. **Medicina Clínica**, v.139, n.1, p.25-32, 2012. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-100990>>. Acesso em: 20 maio 2020.

GOMES, C; SOUZA, V. L.T. Psicologia e inclusão escolar: reflexões sobre o processo de subjetivação de professores. **Psicologia: Ciência E Profissão**, Brasília, v.32, n.3, p.588-603, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300006>.

LASTA, L.L; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.26, n.spe, p.140-149, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500015>.

LIMA, L.M; FRAGA, C.A.M; BAREIROS, E.J. O renascimento de um fármaco: talidomida. **Química nova**, São Paulo, v.24, n.5, p.683-688, set./out. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422001000500016>.

MATTOS, S.M.N. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em Revista**, Curitiba, n.44, p.217-233, abr./jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000200014>.

MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; TOYODA, C.Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n.41, p.81-93, jul./set. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300006>.

MORO, A; INVERNIZZI, N. A tragédia da talidomida: a luta pelos direitos das vítimas e por melhor regulação de medicamentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.603-622, jul./set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702017000300004>.

OLIVEIRA, M.A.; BERMUDEZ, J.A.Z; SOUZA, A.C.M. Talidomida no Brasil: vigilância com responsabilidade compartilhada? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.99-112, jan./mar, 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000100011>.

ROCHA, A.P; GIBERTI, A.B; SOUZA, B.P; OLEIVEIRA, H; PAULA, M.A; LORENÇO, L.S. Talidomida: riscos e benefícios. **Revista Saberes**, Rolim de Moura, v.7, n.1, p.01-11, jan./jul, 2018. Disponível em: <<https://facsapaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed7especial/6.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2019.

SANINI, C; SAFUENTES, M; BOSA, C.A. Competência Social e Autismo: O Papel do Contexto da Brincadeira com Pares. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.29, n.1, p.99-105, jan./mar 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000100012>

SANTOS, F.L; LEANDRO, J.A. História da talidomida no Brasil a partir da mídia impressa (1959-1962). **Saúde social**, São Paulo, v.24, n.3, p.991-1005, 2015.

SANTOS, F.L; LEANDRO, J.A. **Talidomida no Brasil: “a distinta classe médica”**. Trabalho apresentado na Jornada de Sociologia da Saúde, 7, 2013. Curitiba. 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiasaude/files/2013/12/TALIDOMIDA-NO-BRASIL-À-DISTINTA-CLASSE-MÉDICA.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SCHERER-WARREN, I. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012.

TADA, I.N.C; LIMA, V.A.A; MELO, T.G; CORREIO, D.Y.V.T. Conhecendo o Processo de Inclusão Escolar em Porto Velho – RO. **Pró-posições**, Brasília, v.28, n.1, p.65-69, jan./mar 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100008>.

THOMA, A.S. **Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes**. In: PELLANDA, N. M; SCHLÜNZEN, E; SCHLÜNZEN, K. (Orgs.). *inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (ISBN: 85-7490-301-9).

VEIGA NETO, A. Incluir para saber. Saber para excluir. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Campinas, v.12, n.2-3, p.35-36, jul./nov 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643993>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

VIANNA, F.S.L.; SANSEVERINO, M.T; FACCINI, L.S. Thalidomide analogs in Brazil: concern about teratogenesis. **Revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia**, v.2, n.2, p.2-8, 2014. . Disponível em: <<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/230/121>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 1, 14, 17, 18, 21, 41, 43, 54, 62, 68, 73, 77, 85, 89, 92, 104, 105, 112, 128, 137, 138, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155

Adaptação Curricular 60, 76, 90, 111, 112, 113, 114, 116, 117

Alunos Cegos 61, 62, 155, 156, 157, 163

Aprendizagem em Física 68

### C

Crianças 13, 2, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 29, 31, 48, 56, 57, 59, 64, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 108, 109, 112, 122, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 164, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 179, 183, 185, 188

### D

Deficiência 9, 10, 12, 13, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 58, 60, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 81, 83, 86, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 124, 126, 127, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190

Deficiência auditiva 13, 92, 100, 164, 165, 166, 168, 178

Deficiência Intelectual 12, 13, 58, 63, 68, 70, 71, 74, 86, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 117, 178, 183, 184, 187, 188, 189

Diversidade 9, 1, 5, 7, 9, 37, 39, 49, 82, 89, 90, 109, 113, 118, 155, 156, 170, 171, 181, 183

### E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 100, 101, 102, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 178, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191

Educação de Jovens e Adultos 11, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 50, 51

Educação Especial 9, 11, 1, 2, 3, 8, 14, 15, 18, 21, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 81, 82, 85, 88, 100, 101, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 127, 132, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 155, 170, 180, 184, 189, 190

Educação Inclusiva 9, 12, 4, 5, 8, 18, 20, 35, 37, 43, 54, 60, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 75, 77, 78, 81, 83, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 170, 171, 178, 180, 182, 184, 189, 190

Educação Superior 16, 17, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78

Ensino 9, 12, 13, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 127, 129, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 173, 177, 179, 180, 181, 189, 191

Ensino-aprendizagem 57, 80, 84, 86, 164, 189

Ensino Remoto 12, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90

Escolarização 11, 9, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 54, 71, 72, 81, 133, 140, 141

Estado do Conhecimento 12, 125, 126, 127

## F

Família 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 48, 63, 83, 84, 92, 104, 105, 115, 164, 166, 167, 171, 179, 180

Formação de Professores 4, 35, 64, 65, 71, 89, 118, 125, 127, 128, 131, 134, 139, 152, 171, 182

## G

Geometria 13, 156, 157, 158, 162, 163

## H

Habilidades Auditivas 91, 92, 93, 94, 97, 99

## I

Implante Coclear 12, 29, 91, 92, 93, 99, 100

Inclusão 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 100, 112, 113, 116, 118, 122, 123, 125, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 189, 190

Inclusão Escolar 11, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 50, 58, 59, 60, 66, 70, 88, 112, 122, 125, 130, 131, 132, 136, 169, 170, 171, 172, 175

Inclusão Social 9, 10, 11, 3, 4, 11, 35, 40, 43, 83, 89, 100, 135

Integração Sensorial 13, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

## **L**

LBI 83, 147, 148, 149, 151, 153, 189

## **M**

Microcefalia 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90

## **P**

Perspectiva Sociológica de Boudieu 20

Poçoões-BA 12, 137

Políticas Públicas 9, 4, 15, 36, 43, 46, 48, 50, 137, 138, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 153, 171

Práticas Inclusivas 12, 61, 81, 111, 118, 138, 143, 175

Produção do conhecimento 53, 54

Público Alvo 53, 55, 59, 60, 65, 140, 142

## **S**

Sala de Recursos Multifuncionais 35, 38, 42, 44, 47, 48, 58, 85, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 122

Síndrome da Talidomida 11, 9, 10, 11, 12, 17

Surdez 13, 29, 61, 64, 78, 91, 164, 166, 168

## **T**

Terapia Assistida por Cães 12, 101, 102, 103, 104, 107, 109

Transtorno do Espectro do Autismo 12, 13, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 169, 170, 171, 172

## **U**

UFC 12, 147, 148, 151, 152, 153, 155

## **Z**

Zika Vírus 12, 79, 80, 89, 90

# Educação:

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

  
Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)   
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)   
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)   
[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,  
ensinar é aprender  
ver o mundo,  
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar  
compreender,  
conhecer meu  
próprio chão,  
criar asas  
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*



# Educação:

DIÁLOGOS  
CONVERGENTES  
E ARTICULAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR

---

  
Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)   
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)   
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)   
[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,  
ensinar é aprender  
ver o mundo,  
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar  
compreender,  
conhecer meu  
próprio chão,  
criar asas  
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

